

O sujeito lacaniano e a organização: a inexorabilidade dos afetos/libido na produção do organizar

Kettle Duarte Paes (FURG) - kettlep@yahoo.com.br

Eloíse Helena Livramento Dellagnelo (UFSC) - eloiselivramento@gmail.com

Resumo:

Este trabalho buscou refletir sobre a relação entre o sujeito lacaniano e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente Florianópolis (CMI). O sujeito lacaniano se constitui por meio da linguagem e emerge marcado por uma falta inerradicável. Essa qualidade ontológica do sujeito não permite seu fechamento em uma identidade fixa, por isso Lacan o nomeia como falta-a-ser. Esse sujeito faltoso busca constituir sua identidade por meio de repetidos processos de identificação a discursos e objetos da cultura de seu tempo. A pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa com geração e coleta de dados feita por meio de fontes secundárias e primárias, estas últimas implicaram em engajamento direto com as atividades desenvolvidas pelo CMI pela via da militância. Assim, este estudo, permitiu-nos observar que o CMI adota uma perspectiva política autonomista, herança do anarquismo do século XIX e XX. O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas anticapitalistas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais: a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta. Nesse contexto, esse significante funciona como um ponto nodal na constituição da identidade do CMI e é investido libidinalmente pelos sujeitos que se identificam com esse discurso, ensejando uma visão antiessencialista da organização, na qual essa passa a ser entendida como uma prática social e discursiva em permanente disputa e transformação.

Palavras-chave: *sujeito lacaniano; organização da resistência; afetos/libido; autonomismo*

Área temática: *GT-21 Organizações Alternativas e Contra Hegemônicas*

O sujeito lacaniano e a organização: a inexorabilidade dos afetos/libido na produção do organizar

Resumo

Este trabalho buscou refletir sobre a relação entre o sujeito lacaniano e a organização da resistência do Centro de Mídia Independente Florianópolis (CMI). O sujeito lacaniano se constitui por meio da linguagem e emerge marcado por uma falta inerradicável. Essa qualidade ontológica do sujeito não permite seu fechamento em uma identidade fixa, por isso Lacan o nomeia como falta-a-ser. Esse sujeito faltoso busca constituir sua identidade por meio de repetidos processos de identificação a discursos e objetos da cultura de seu tempo. A pesquisa se baseou em uma abordagem qualitativa com geração e coleta de dados feita por meio de fontes secundárias e primárias, estas últimas implicaram em engajamento direto com as atividades desenvolvidas pelo CMI pela via da militância. Assim, este estudo, permitiu-nos observar que o CMI adota uma perspectiva política autonomista, herança do anarquismo do século XIX e XX. O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas anticapitalistas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais: a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta. Nesse contexto, esse significante funciona como um ponto nodal na constituição da identidade do CMI e é investido libidinalmente pelos sujeitos que se identificam com esse discurso, ensejando uma visão antiessencialista da organização, na qual essa passa a ser entendida como uma prática social e discursiva em permanente disputa e transformação.

Palavras chaves: sujeito lacaniano; organização da resistência; afetos/libido; autonomismo.

Abstract

This study aimed to reflect on the relationship between the Lacanian subject and the organization of the resistance of the Independent Media Center Florianópolis (CMI). The Lacanian subject is constituted through language and emerges marked by a lack ineradicable. This ontological quality of the subject does not allow its closure in a fixed identity, why Lacan names as lack-to-be. This guy wrongful search form their identities through repeated processes of identifying the speeches and objects of culture of his time. The study was a qualitative approach with generation and data collection made through secondary and primary sources, the latter resulted in direct engagement with the activities undertaken by CMI the path of militancy. This study allowed us to observe that the WCC takes an autonomist political perspective, anarchism heritage of the nineteenth and twentieth century. The WCC, and to identify with this tradition of anti-capitalist struggles, also embraces its political and organizational principles: horizontality, not leadership, consensus, autonomy, independence and action-direct. In this context, the significant functions as a nodal point in the WCC identity of the constitution and is invested libidinally by individuals who identify with this speech, occasioning one anti-essentialist vision of the organization, where this is understood as a social and discursive practice standing dispute and transformation.

Key words: Lacanian subject; organization of resistance; affections/libido; autonomist.

Introdução

Qual a relação entre o sujeito e a organização? Qual o papel da falta constitutiva e dos afetos/libido nessa relação? Como acontece a produção do organizar nessa perspectiva? O que faz uma organização seguir o mainstream ou dele se afastar? São questões como essas que buscaremos refletir e apontar algumas pistas de possíveis respostas nesse trabalho. No âmbito dos estudos organizacionais a construção de teorias tradicionalmente se vincula a correntes positivistas de pensamento que possui como resultado a geração da ideia de organização como empresa (SOLÉ, 2004). Os discursos tradicionais sobre organizações tendem a eliminar as tensões e conflitos próprios da produção do social, restringindo a noção de organizações a uma delimitação específica conectada a organizações privadas atuantes no mercado (PARKER, 2002; BÖHM, 2006).

A força dessa ideia está ligada a construções discursivas que buscam naturalizar e, portanto, essencializar, a empresa como a única forma pela qual o organizar pode ser pensado (MISOCZKY; FLORES; BÖHM, 2008). Contudo, como bem nos lembram Misoczky et al (2008) a hegemonia não consegue dar conta de toda a multiplicidade do social, apresentado brechas e fissuras por onde emerge as resistências. No contexto desse trabalho, por exemplo, nosso propósito é analisar o Centro de Mídia Independente Florianópolis, uma organização de resistência ao capitalismo, buscando compreender sua relação com a noção de sujeito da psicanálise lacaniano.

A ideia de sujeito nasce do cogito cartesiano, marcando a emergência da modernidade. Antes de Descartes não há como falar em sujeito, uma vez que, a partir do seu pensamento deixamos de ser apenas objeto da vontade divina e das contingências da realidade, para nos tornarmos seres autônomos e causa de nossos próprios atos. Essa ideia de sujeito racional também está presente nos desenvolvimentos de Kant (DOSSÉ, 2007).

Das reflexões kantianas depreende-se que a subjetividade moderna é a instância fundadora da racionalidade e, portanto, é a condição de possibilidade do conhecimento. Com Kant a problemática do sujeito ganha novos contornos já que esse passa a ser visto como um duplo empírico-transcendental. Com sua metafísica, Kant fornece as bases para o surgimento de uma filosofia do sujeito que o vê enquanto fundamento a priori de todo o conhecimento e o princípio de toda significação (FOUCAULT, 1999).

A herança racionalista descartiana e a transcendental kantiana nos legou a noção de sujeito racional, um ser transparente e pleno que por meio do atributo da razão faz escolhas conscientes. Esse sujeito racional é o fundamento dos valores primaciais da modernidade: a racionalidade, a liberdade e o individualismo, que constituem a base sobre a qual se erigiram as ciências humanas, de maneira geral, e a ciência das organizações de modo particular.

Entretanto, essa forma de pensar o sujeito foi questionada no campo das ciências humanas pelos chamados mestres da suspeita: Marx, Nietzsche e Freud (RICOUER, 1977). Para Marx (1818-1883), os indivíduos se constituem a partir das condições materiais de sua existência, não sendo, portanto, plenamente racionais. Com Nietzsche (1844-1900), o sujeito, longe de ser autoconsciente, é constituído por relações de poder e atravessado por forças sociais e libidinais (PETERS, 2000).

Se Nietzsche elabora uma crítica contundente a concepção de sujeito na modernidade, é Freud (1856-1939) que desfere o golpe final com sua invenção, o inconsciente. Por essa noção, Freud deixa evidente que o ser humano é movido por impulsos e afetos inconscientes. Insurge assim, com base nesses questionamentos, uma noção de sujeito descentrado da razão, constituído pelo discurso que abriga e reproduz os valores da sociedade de seu tempo.

Apesar de Freud descentrar radicalmente o sujeito da noção de razão e propor em seu lugar a divisão do sujeito entre o consciente e o inconsciente, ele não desenvolveu uma teoria do sujeito. Quem realizou esse trabalho foi o psicanalista Jacques Lacan com a noção de sujeito falta-a-ser. Na perspectiva lacaniana, a ênfase recai sobre a falta/incompletude do sujeito; por essa abordagem, o sujeito se constitui a partir da linguagem. Esse processo permite o ingresso do sujeito no mundo da cultura, porém para tanto ele sua completude mítica, o que o constituirá como sujeito falta-a-ser e o conduzirá a buscar, no discurso, os objetos que possam preencher essa falta, numa busca sempre falida (LACAN, 1998; LACLAU, 1994).

Assim, apesar do questionamento impingido à noção dominante de sujeito na modernidade pelos mestres da suspeita (RICOEUR, 1977) o que se observa é que essa noção é a base sobre a qual se construiu as ciências sociais e humanas e suas disciplinas especializadas tais como a ciência da administração e os estudos organizacionais.

Nos primórdios do desenvolvimento das ideias sobre administração a noção de sujeito racional pode ser observada nas concepções de homem subjacente às teorias administrativas, seja como homem econômico ou como homem complexo e o que se verifica é que a base que sustenta essas ideias de homem é aquela advinda da noção de sujeito na modernidade, o sujeito racional.

Nestes termos, observamos que no campo dos estudos organizacionais, tradicionalmente, o desenvolvimento teórico vem sendo traçado no contexto das correntes de pensamento ligadas ao positivismo e ao estruturo-funcionalismo, restringindo o pensar sobre as organizações a uma delimitação específica, qual seja as organizações pautadas pela busca da eficiência e da ordem. (PARKER, 2002; PAULA, 2002; BOHM, 2006; MISOCZKY, 2010). Essa organização produtiva, burocrática e com objetivos financeiros está consubstanciada na ideia de empresa (SOLÉ, 2004).

De acordo com Bohm (2006), a noção hegemônica de organização está associada a regras formais, procedimentos técnicos, profissionalismo, burocracia e sujeitos racionais que podem ser alocados, medidos e controlados. Vista desta maneira, a organização se restringe à administração e à manutenção de um mundo hierárquico, padronizado e harmônico, sustentado pela ideologia da neutralidade da técnica, da ordem e do progresso. Esta maneira racional e formal de significar a organização tem sido a ideologia predominante da teoria organizacional. (CLEGG, 1998; PARKER, 2002).

Na visão de Spicer e Bohm (2007), a resistência à hegemonia da gestão pode ser encontrada em diversos espaços: pelo trabalhador no seu local de trabalho, pelas organizações sindicais, pelos movimentos sociais e pelas organizações da sociedade civil. Bohm (2006) e Parker (2002) acreditam que os movimentos sociais são importantes espaços de resistência à globalização, ao capitalismo e à forma organizacional dominante. É com base neste contexto que alguns pesquisadores da área de organizações se lançaram ao desafio de investigar os processos de organização da resistência (PARKER, 2002; BOHM, DELLAGNELO e MENDONÇA, 2010; MISOCZKY, SILVA e FLORES, 2008, BARCELLOS, 2012; COELHO, 2011).

Nessas circunstâncias, a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe pode ser considerada uma perspectiva teórica capaz de auxiliar na compreensão dos processos de organização da resistência, que podem ou não ensejar alternativas ao modelo hegemônico de organização (DELLAGNELO e BOHM, 2010; DELLAGNELO, BOHM e MENDONÇA, 2013), uma vez que, como defendem Dellagnelo e Bohm, (2010) toda formação hegemônica não pode prescindir da dimensão organizacional para forjar seus processos e impor sua ideologia.

Nesse sentido, baseando-se na abordagem teórica de Laclau e Mouffe (1987), bem como na ideia de sujeito falta-a- ser da psicanálise lacaniana, analisamos, nesta pesquisa, as práticas organizacionais de uma organização de resistência, o Centro de Mídia Independente Florianópolis (CMI), mobilizadas em sua oposição à mídia hegemônica, ao capitalismo e ao neoliberalismo.

O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa e independente que busca, por meio das suas ações cotidianas e de seu *site*, a democratização da comunicação. Conforme anuncia em seu *site*, o CMI assume uma posição política anticapitalista, tanto no sentido tradicional de oposição à propriedade privada, ao sistema de mercado e à exploração da mais-valia, quanto no sentido mais recente de capital financeiro globalizado.

Além disso, o coletivo se coloca contra o *modus operandis* da mídia hegemônica capitalista ao defender e praticar a publicação aberta, o uso de softwares livres, a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a independência, a autonomia e a ação-direta. Esses são os princípios políticos e organizacionais basilares do CMI Florianópolis, herdados do pensamento anarquista e autonomista¹ do século XIX e XX, sendo o movimento neozapatista um marco fundamental na renovação do espírito subversivo e anticapitalista que fez emergir os Movimentos de Resistência Global, do qual Centro de Mídia Independente Florianópolis é um exemplo.

Discurso e Sujeito: a inexorabilidade dos afetos/libido na construção do social

A teoria do discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe possui suas bases epistemológicas no pós-estruturalismo, epistemologia e ontologia antiessencialista, e também pode ser vista no quadro de uma teoria posfundacional (MARCHART, 2009) já que parte da diferença ontológica entre o político e a política. Dentro dessa perspectiva, em Laclau e Mouffe (1987), o discurso é compreendido como uma categoria que une palavras e ações, tendo por isso uma natureza material e não mental ou ideal. Discurso é prática, uma prática social já que, a partir dessa óptica quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um social significativo e simbólico. Não aparece como algo a ser desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de suas formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas certezas, note-se, sempre contingentes e precárias.

Dessa ideia, Laclau e Mouffe (1987), tiram duas conclusões importantes: a) a materialidade do discurso não encontra o momento de sua unidade na consciência de um sujeito fundante, uma vez que o discurso tem existência objetiva e não subjetiva; b) a prática articulatória como fixação/desfixação de um sistema de diferenças ultrapassa sobremaneira os fenômenos linguísticos, atravessando as instituições, os rituais e as práticas sociais de maneira geral em busca de sua estruturação.

Dessa forma, Laclau e Mouffe (1987) asseveram que o discurso conta também com duas lógicas de constituição que são as lógicas equivalenciais e as lógicas diferenciais que

¹ De acordo com Souza (2006), autonomismo é o nome dado a um conjunto de movimentos socialistas existentes principalmente na Europa. Os autonomistas, de modo geral, propõem a descentralização do poder, a autogestão e a colaboração em rede entre todos os que se dispõem a estabelecer novos modelos sociais anticapitalistas. O autonomismo ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1960 inspirado nas lutas e conflitos italianos, e, mais recentemente, na produção intelectual de Cornelius Castoriadis, Antonio Negri e John Holloway (SOUZA, 2006). No Brasil é destaque na literatura sobre o autonomismo e campo libertário o professor e intelectual **Maurício Tragtenberg** que foi citado várias vezes pelos militantes do CMI como uma referência no assunto ao longo da pesquisa de campo.

tornam possível uma formação discursiva em virtude de a totalidade discursiva ser incompleta e contingente. O discurso sob essa tensão diferença/equivalência mostra a impossibilidade de fixação última de sentido, ao invés disso, tem-se lugar as fixações parciais. O discurso se constitui com o objetivo de dominar o campo da discursividade, detendo o fluxo das diferenças na intenção de construir um fundamento impossível por meio da instituição de pontos discursivos privilegiados conhecidos como pontos nodais.

Os pontos nodais, afirmam Laclau e Mouffe (1987) se constituem no interior de uma polissemia que os excede, por isso, a sociedade não é uma identidade positiva idêntica a si mesma. Desse modo, o caráter ambíguo do significante, ou seja, o fato de que não se fixa plenamente a nenhum significado só é possível pela existência de uma abundância de significados. Com isso, longe de ser a raridade de significados que desarticula uma estrutura discursiva é o seu excesso que permita essa operação (LACLAU E MOUFFE, 1987).

Portanto, para os autores, a prática articulatória se realiza por meio da instituição de pontos nodais que fixam de forma precária e contingente o sentido. Isso é possível em virtude da impossibilidade da sociedade ser um objeto positivo, e por ser, constituída por um excesso de significado que reflete, por isso mesmo, a infinitude do campo da discursividade. Dito isso, tem-se que toda prática social é articulatória.

Para Laclau (2011) todo o ponto nodal para produzir efeito agregador de identidades necessita ser um significante vazio. Os significantes vazios servem como ponto de identificação simbólica para uma gama de diferentes sujeitos. Assim, por aglutinar tantas identidades o significante vazio perde seu significado específico e tornar-se um significante sem significado. Toda disputa hegemônica, afirma Laclau (2011), é pelo preenchimento deste significante.

As condições de possibilidade de uma articulação hegemônica consistem na presença de forças antagônicas e na instabilidade das fronteiras que as separam, pois só a presença de significantes vazios e sua articulação é que constitui o terreno que permite uma prática discursiva emergir como hegemônica (LACLAU e MOUFFE, 1987). Diante disso, com base no conceito de hegemonia, os autores, buscam romper com os discursos essencialistas, fixados, sobretudo em um determinismo econômico. Assim, depreende-se que a estruturação da realidade não depende só de necessidades econômicas, mas também de necessidades políticas, e, portanto, das contingências próprias das práticas sociais.

Segundo Laclau e Mouffe (1987), estabelecer uma relação hegemônica significa constituir uma relação de ordem. Um discurso hegemônico é essencialmente um discurso sistematizador, aglutinador. É, enfim, um discurso de unidade: unidade de diferenças. Para Laclau (1990), a sociedade é algo que se faz pela ação política já que as tentativas de a elucidar completamente são sempre falidas. A hegemonia busca justamente preencher essa falta constitutiva.

De acordo com Laclau (2005) hegemonia é a operação pela qual um discurso particular assume um significado universal incomensurável. Trata-se, portanto, da operação de hegemonização de um conteúdo particular por meio da instituição de um ponto nodal capaz de articular uma série de identidade dispersas no campo da discursividade. Não obstante, Laclau esclarece que o cimento social que articula as identidades dispersas é o investimento libidinal (afeto) em torno do ponto nodal. Conforme lembra Laclau (2005) Freud já havia entendido esse fato com clareza ao afirmar que todo laço social é um laço libidinal.

É por isso que, para Laclau (2005) a instituição de um ponto nodal é um momento discursivo no qual se opera um investimento radical que pertence necessariamente à ordem do afeto. Diante disso, Laclau afirma que a relação entre significação e afeto é íntima uma vez

que o afeto não é algo que existe por si próprio, independentemente da linguagem. Nesse ponto, Laclau se inspira em Lacan para pensar o ponto nodal a partir da ideia de investimento libidinal e falta, relação essa que abre a possibilidade de pensarmos o sujeito lacaniano e sua relação com a produção do social e da organização.

Desse modo, temos que a abordagem lacaniana sobre o sujeito é relevante para a análise social e organizacional em razão de sua concepção da falta constitutiva permitir compreender a relação sujeito e objeto fora dos falsos dualismos, bem como fora da oposição entre o voluntarismo das correntes subjetivistas e o determinismo das correntes objetivista. Isso porque a perspectiva lacaniana se baseia em premissas em expresso contraste com os pressupostos do pensamento moderno. Portanto, a noção de sujeito em Lacan se opõe ao sujeito essencialista e racional da tradição filosófica humanista, o que inclui nessa categoria o sujeito cartesiano e do sujeito kantiano que orientam o mainstream em ciências sociais e humanas.

De acordo com Lacan (2008), a ilusão essencialista que reduz a subjetividade ao eu consciente não pode se sustentar. Essa fantasia constrói o mito da unidade da personalidade, o mito da transparência do sujeito e constrói uma objetividade que busca negar e ocultar os momentos de crise e desordem que assolam a todo o momento nossa experiência cotidiana (LACAN, 1998).

Para Lacan (1998), a descoberta freudiana do inconsciente como uma instância que divide o sujeito rompe com toda uma tradição que busca excluí-lo a fim de sustentar a si mesma. Nesse sentido, na visão do psicanalista francês, a descoberta freudiana é mais radical que as revoluções copernicana e darwiniana já que estas últimas deixam intacta a crença na racionalidade do sujeito. Já a perspectiva de Freud põe em xeque essa compreensão, colocando em seu lugar a ideia do sujeito descentrado da ideia de razão, um sujeito dividido entre o consciente e inconsciente, sendo este último uma instância que escapa totalmente a este círculo de certezas no qual o homem se reconhece como um eu (LACAN, 2008).

Lacan (1998), para construir sua noção de sujeito recorre aos ensinamentos de Freud e de Saussure para propor uma teoria do significante. Este fato o leva a subverter o signo linguístico saussuriano, eliminando o paralelismo entre significado e significante ao colocar em evidência a primazia do significante frente ao significado.

Importa salientar que para Lacan (1998), a produtividade do significante se verifica no erro, no equívoco, no vacilo da fala, na pluralidade de sentido, uma vez que permitem a passagem do inconsciente ao discurso. Assim, se é a estrutura da linguagem que se encontra no inconsciente, a primazia do significante sobre o significado revela o fato de que, no inconsciente, o significado é abolido, por isso, o significante só pode ser o que representa o sujeito para outro significante (LACAN, 1998).

O sujeito lacaniano é um efeito do significante, isso implica dizer que o sujeito não cria seu discurso, mas é criado por ele. Em Lacan o significado nunca é uma presença plenamente constituído porque já não está associado ao conceito como em Saussure, mas associada ao Real². Isso porque a barra que divide significante e significado, ao invés de constituir uma unidade entre eles, é entendida como uma barreira resistente a significação.

Na perspectiva de Lacan (1998), a relação entre o significado e o Real representa o

² O Real lacaniano é puro não-sentido, ao passo que é precisamente o sentido que caracteriza o imaginário, e o duplo sentido que caracteriza o simbólico. O Real é o impossível de ser simbolizado. Por isso, o Real é também aquilo que retorna ao mesmo lugar, já que o simbólico não consegue deslocá-lo, ele se repete insistentemente enquanto uma radical falta de sentido. Na psicanálise lacaniana há uma distinção radical entre o Real e a realidade. Para Lacan, a realidade corresponde a identidade discursivamente construída dos objetos, enquanto que o Real é aquilo impossível de articular no discurso. (COUTINHO JORGE, 2012).

limite de toda significação possível e não o seu núcleo. O significado desaparece em virtude de sua dimensão Real está situada muito além do simbólico e do imaginário³. O que permanece é o lugar do significado marcado por uma falta constitutiva acompanhada pela promessa de aspiração de alcançar o significado último de preencher o vazio no lugar do significado ausente.

A falta constitutiva do sujeito afeta também a construção de sua identidade. Por se constituir em falta, o sujeito está condenado a simbolizar a fim de constituir-se, mas esta simbolização, ou seja, essa busca por sua identidade plena é sempre fracassada. Em termos lacanianos o mais correto é falar em identificação e não identidade. O sujeito da falta emerge em virtude do fracasso de constituir uma identidade plena.

O conceito de identificação torna-se importante para a compreensão da concepção lacianiana da subjetividade. A noção de identificação foi trabalhada por Freud e refere-se ao processo mediante o qual o sujeito assimila parcialmente aspectos do outro produzindo com isso sua própria subjetividade. De acordo com Stavrakakis (2007), o processo de identificação é importante para a análise política em virtude de que os objetos de identificação da vida dos sujeitos incluem as ideologias e outros objetos da cultura.

Nesse sentido, a ideia de sujeito como falta não pode se separar do reconhecimento do fato de que o sujeito sempre tenta recobrir essa falta constitutiva por meio de contínuos atos de identificação. O sujeito encontra a falta e a alienação ali onde busca a completude e a identificação. Desse modo, depreende-se que a constituição de toda identidade pode tentar se constituir mediante aos processos de identificação com construções discursivas socialmente disponíveis como as ideologias, por exemplo.

Isso porque o social constitui o reservatório dos discursos utilizados pelos sujeitos, ou seja, é o lugar por meio do qual se originam os objetos de identificação oferecidos pela cultura. A teoria lacianiana do sujeito permite a análise do político porque a falta que marca o sujeito também está presente na ordem simbólica. Assim, a dimensão mais radical da teoria lacianiana diz respeito ao fato de que a falta constitutiva do sujeito se verifica também no grande Outro, na ordem simbólica e, portanto, no objeto, como uma falta estruturante.

A relação entre o sujeito falta-a-ser e os objetos com os quais constrói sua identidade/subjetividade se produz por meio do discurso. Para compreender o que é discurso mobilizamos o referencial teórico de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, perspectiva a qual nos possibilita conferir o nome de sujeito político ao sujeito falta-a-ser da psicanálise lacianiana. Já que na perspectiva de Laclau (1990, p. 77), o político é uma categoria ontológica, assim há política porque há subversão e deslocamento do social, por isso, como consequência lógica tem-se que “todo sujeito é por definição político”.

Aspectos metodológicos: notas sobre o caminho da pesquisa

Esse trabalho foi construído com base na epistemologia pós-estruturalista, um pensamento antiessencialista para o qual, as opções de métodos são escassas. Os pressupostos epistemológicos que sustentam esta pesquisa partem de algumas premissas que precisam ficar claras, entre as quais está a ideia de que não há neutralidade possível na ordem do discurso,

³ O imaginário é feito de imagens, de fantasias, de crenças, de ilusões, de impressões, de conceitos e preconceitos. Pode-se dizer que após o nascimento, toda imagem do objeto ou coisa que é captada pelo bebê por meio do olhar será inscrita e registrada no seu psiquismo como pertencendo ao campo do imaginário. Tudo aquilo que o ser humano capta e internaliza por meio do olhar vai, pouco a pouco, se estruturando como seu imaginário. (COUTINHO JORGE, 2012).

não há como separar sujeito e objeto, tampouco excluir do processo de pesquisa as experiências vividas pelos sujeitos em todos os aspectos de sua vida.

Desse modo, a ideia, segundo a qual é possível separar a vida pública da vida privada, é uma ilusão na medida em que o sujeito não interpreta papéis, mas é interpelado pelo discurso e ideologias. A partir dessa sobredeterminação, o sujeito constrói parcialmente sua identidade, carregando-a consigo para todos os lugares, seja no trabalho, no lazer, na igreja, na família, na escola, no parlamento e na pesquisa.

Nesse sentido, defende-se aqui que, abraçar os pressupostos do pensamento antiessencialista e antifundacionista, é entender que não realizamos investigações/pesquisas livres de valores e afetos. Por que o pesquisador também é sujeito, portanto se encontra atravessado e interpelado pelas formações discursivas e por identificações ideológicas como qualquer sujeito falante. O que o pesquisador faz é questionar os valores derivados dos pressupostos epistemológicos de sua abordagem, considerando que, em uma perspectiva antiessencialista, não há lugar a certa fixação significativa/objetiva que não seja, por sua vez, ética e política.

Desse modo, a escolha do CMI Florianópolis para investigação é antes de tudo uma escolha política em virtude de o CMI se posicionar categoricamente contra o capitalismo e o neoliberalismo. O CMI Florianópolis é uma organização de resistência e se opõe ao capitalismo, ao neoliberalismo e à mídia hegemônica por meio da prática de seus princípios políticos e organizacionais: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta de clara inspiração anarquista.

Assim, em função da visão de mundo e, portanto, do campo de pesquisa defendido nesse trabalho, o caminho metodológico escolhido foi o da via militante. A ideia de militar com o CMI durante a pesquisa nos proporcionou o contato e a vivência de momentos diversos da vida cotidiana do CMI, momentos que a simples observação direta e entrevistas semiestruturadas não nos dariam.

À luz destas considerações, realizamos os procedimentos de coleta e geração de dados, desde nossa militância junto ao Centro de Mídia independente, realizada entre os meses de fevereiro de 2013 a agosto de 2014. Durante a pesquisa, os dados foram gerados por meio da observação e participação nas atividades do coletivo: reuniões, confecção de textos para o site, organização das coberturas das lutas sociais na cidade, bem como pelas conversas mantidas com os voluntários do CMI. Ao longo da pesquisa, atingimos seis conversas em profundidade, todas gravadas e transcritas integralmente.

A análise dos dados (falas, ações, documentos, entre outros, gerados durante a pesquisa) em consonância à perspectiva epistemológica dessa pesquisa, foi interpretativa e ocorreu ao longo e depois da coleta daqueles. Os dados foram analisados mediante os conceitos que dão corpo à Teoria do Discurso e à psicanálise lacaniana.

A abordagem lacaniana é composta por uma série de conceitos importantes, tais como hegemonia, articulação, ponto nodal, antagonismo que se constituem um em relação ao outro não podendo ser dissociados. A categoria da Teoria do Discurso que nos permitiu fazer a análise aqui proposta foi o ponto nodal. O ponto nodal nos possibilitou compreender a relação estruturada e estruturante entre o sujeito político e a organização da resistência na medida em que o ponto nodal articula a busca do sujeito, via identificações, aos objetos dos discursos que possam completar sua falta constitutiva, um processo que conduz a constituição de sua identidade/subjetividade, e, portanto, de sua organização.

Com relação aos sujeitos da pesquisa, os voluntários do CMI Florianópolis, pudemos perceber durante a pesquisa que, paradoxalmente, apesar de militarem em um coletivo de mídia, não gostavam de exposição pública, não se deixavam fotografar durante os protestos

que cobriam tampouco se identificavam em seus textos publicados no site do coletivo. Segundo os ativistas, essa não exposição era uma estratégia de segurança.

Assim, para realizar a pesquisa, os voluntários do CMI nos deram permissão para fazer anotações sobre as suas atividades diárias, bem como para gravar algumas conversas, com a única condição de não identificar nenhum voluntário.

Assim, respeitando essas condições, fazemos a descrição do perfil dos voluntários do CMI, utilizando codinomes, os quais são uma prática comum na militância autonomista por questão de segurança.

- Rox: 27 anos estudante de filosofia. Atuava com atividades ligadas à tecnologia e manutenção do site;
- Atenas: 26 anos, mestre em sociologia política. Cuidava da produção textual do CMI e fazia parte do Coletivo Editorial;
- Cazu: 40 anos, doutorando em sociologia política e professor na rede pública de educação. Realizava as coberturas dos protestos, fotografando e fazendo vídeos;
- Bozo: 27 anos, bacharel em geografia e professor na rede pública de educação. Realizava, juntamente com Cazu, as coberturas de dos protestos e manifestações dos quais o CMI participava.
- Vini: 25 anos, mestre em geografia. Vini, juntamente com Atenas cuidava da produção textual de matérias para o site.
- Goya: 25 anos, bacharel em ciências sociais. Cuidava da edição e legenda de vídeos. Também militava no MPL.
- Pancho: 35 anos, bacharel em ciências sociais. Cuidava da editoração de vídeo e produção de texto.

Antecedentes históricos do surgimento do Centro de Mídia Independente (CMI): das fissuras da hegemonia nasce a resistência dos excluídos

O surgimento da rede global de mídia alternativa, a Indymedia, que no Brasil ficou conhecida como Centro de Mídia Independente é uma herança dos movimentos de protestos surgidos na década de 1990 que ficaram conhecidos, mundialmente, como movimentos antiglobalização, cuja centelha primeva foi instaurada pelos levantes do movimento neozapatista.

Com o afloramento do neoliberalismo, houve também a reconfiguração das instituições internacionais, as quais garantiam a hegemonia do discurso liberal. E, como toda hegemonia gera exclusão e, por isso, comporta brechas e resistências, vozes se levantaram lá das profundezas da selva Lacandona, terra que já fora habitada pelos Maias, para gritar o famoso “Ya Basta!”. Essa expressão representou um rotundo não aos ditames neoliberais do Estado mexicano e ao NAFTA.

Os neozapatistas desempenharam um papel crucial no ressurgimento das lutas antissistêmicas no Ocidente nas duas últimas décadas e do Centro de Mídia Independente em 1999 quando eclodiram os protestos contra a Organização Mundial do Comércio em Seattle. De acordo com Santos (2010), o objetivo inicial do CMI era contribuir com a formação de um canal para a participação política dos Movimentos de Resistência Global (MRG). Nesse sentido, o Centro de Mídia Independente foi idealizado como ferramenta de mídia que consistia em um site na internet, no qual qualquer manifestante ou testemunha das manifestações poderia registrar seu relato, sua reportagem e suas fotos sem intermediários.

Por meio de um sistema de publicação aberta em que os leitores eram também os produtores do conteúdo, o CMI nos protestos em Seattle, propunha-se a fazer uma cobertura minuto a minuto dos acontecimentos ligados à manifestação, usando para isso um democrático sistema de edição; disponibilizando, ao mesmo tempo, reportagens, áudios, fotos e vídeos em um regime de *copyleft* por meio do seu *site*. Embora esta tenha sido uma manifestação nas ruas, não se pode deixar de citar que a organização do protesto foi uma ação virtual na internet. As chamadas na internet buscavam explicar como as ações seriam organizadas e orientadas também em outras cidades (PRUDÊNCIO, 2006).

Para noticiar os protestos, os ativistas do CMI escolheram um software de publicação aberta numa clara alusão e defesa das lutas contra a propriedade intelectual, levada a cabo pelo movimento de Software Livre em décadas precedentes. Conforme Santos (2010), era a primeira vez que os organizadores dos protestos davam importância aos meios alternativos de comunicação, pois, geralmente, a preferência era dada aos jornalistas da mídia tradicional ou a pequenos canais de notícias independentes.

Assim, após Seattle, o CMI se espalhou por todos os continentes do globo, desdobrando-se em dezenas de sites locais. A partir de então, o CMI se dedicou também a trazer informações, não apenas de manifestações de rua anticapitalistas, mas de temas de interesse social, de movimentos sociais, tornando-se um veículo de mídia alternativa permanente, por meio da difusão, redação e edição de conteúdos de interesse geral (LIBERATO, 2006).

Santos (2010) mostra que, entre 2000 e 2004, houve um crescimento ascendente do número de coletivos do CMI que possuíam *sites* próprios na *web*, 106 coletivos em 2002, 136 em 2003 e 162 em 2004. Em 2007, com 170 coletivos do CMI espalhados pelo Globo com sites próprios. Após 2007, a rede Indymedia global entrou numa fase de estabilização e, nos anos seguintes até os dias atuais, a rede segue em refluxo.

A ideia de trazer o CMI para o Brasil surgiu por volta dos anos 2000 por conta das manifestações em Praga, em 26 de setembro de 2000, contra a reunião do FMI e do Banco Mundial. Os primeiros integrantes do CMI Brasil foram ativistas envolvidos com os chamados Movimentos de Resistência Global, sendo a primeira matéria veiculada no site do recém-criado CMI Brasil, o dia sem compras em Belo Horizonte no dia 23 de dezembro de 2001 (SANTOS, 2010).

O CMI Brasil buscou desde o princípio ser um coletivo de mídia alternativa aberto à participação de qualquer pessoa, sendo a única exigência o respeito a sua Política Editorial e aos princípios organizacionais da rede: horizontalidade, não liderança, consenso, autonomia, independência e ação-direta.

Santos (2010) relata ainda que, no Brasil, entre 2001 e 2009, o CMI contava com 14 coletivos em atividade, nas cidades de Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Caxias do Sul, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Joinville, Ourinhos, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Tefé/Amazônia, Salvador e São Paulo. Atualmente, conforme os voluntários do CMI Florianópolis, há somente quatro coletivos ativos em: Curitiba, Tefé/Amazônia, São Paulo e Rio de Janeiro.

Santos (2010) observa que, ao longo dos treze anos de atuação, a rede CMI Brasil passou por momentos de expansão e refluxo e acompanhou as mudanças nos movimentos sociais de base territorial, a criação de movimentos juvenis autonomistas como, por exemplo, o Movimento Passe Livre (MPL), que começou em Florianópolis e encontrou no site do CMI uma ferramenta, não só para narrar os protestos, mas também para espalhar a causa a outros Estados.

A dinâmica dos fluxos e refluxos dos movimentos de protestos impacta o CMI em seus momentos de grande atividade e latência, o que evidencia o caráter político do social, uma vez que toda ordem hegemônica tem seus momentos de fluxo e refluxo, o que nos termos de Laclau (1990) pode ser lido como momentos de sedimentação e reativação do político. Depreende-se disso que nas lutas sociais haverá momentos em que as circunstâncias proporcionarão uma realidade de lutas mais radicalizadas e permanentes. Em outras, contextos de dificuldade na articulação e condução das lutas.

Luta e resistência no CMI Florianópolis: a cada discurso, uma forma de organizar

O CMI Florianópolis é um coletivo de mídia alternativa que surgiu em Florianópolis em 2004 com objetivo de apoiar e fazer a divulgação das lutas sociais na cidade. O CMI ao longo de sua existência, de 2004 a 2013, foi um coletivo formado por ativistas entre as idades de 16 a 40 anos. A quantidade de membros variou em alguns momentos nesse período: indo de 2 voluntários a 12. No momento em que realizamos a pesquisa com o CMI, o coletivo contava com 8 militantes. O perfil do militante do CMI é de estudantes, geralmente universitários, que moram com os pais e possuem tempo para participar da militância política.

As atividades diárias do CMI Florianópolis giravam em torno de confeccionar textos para o *site* do CMI Brasil. Outras atividades do CMI Florianópolis consistiam em monitorar as listas de e-mail, participar de reuniões com outros coletivos de luta social como o Movimento Passe Livre e a Frente Autônoma de Luta por Moradia, por exemplo; realizar as coberturas de protestos pela cidade, tirar fotos, fazer vídeos, fazer e editoração do material produzido, fazer traduções de textos publicados no *site* da rede Indymedia para serem republicados no *site* CMI Brasil, fazer legenda de documentários estrangeiros, etc.

As atividades eram realizadas pelos ativistas do CMI Florianópolis conforme suas escolhas e afinidades. Também havia a preocupação de realizar a rotatividade das atividades para que todos tivessem a oportunidade de aprender o que quisessem e evitar concentrações de poder por meio da concentração de certas atividades.

As reuniões aconteciam quinzenalmente e sempre tinham uma pauta construída coletivamente por e-mail, nos dias que antecediam à reunião e fazia-se uma ata dos assuntos tratados e das responsabilidades assumidas, por exemplo quem ficaria responsável pela confecção dos textos da quinzena para a coluna do meio no *site* do CMI, quem ficaria responsável pela legenda de algum documentário internacional importante para as causas sociais, quem ficaria responsável pela tradução de alguma matéria publicada no site da rede Indymedia para ser republicada no *site* do CMI Brasil, etc.

Em todas as reuniões das quais participamos sempre imperou o clima de descontração, o que porém, não eliminava, a seriedade das reuniões. Decisões importantes eram tomadas pelo coletivo nesses momentos, como por exemplo, a participação do CMI Florianópolis na cobertura midiática da reintegração de posse do terreno localizado no bairro Ingleses em Florianópolis ocupado pela comuna Amarildo; a participação do CMI Florianópolis em uma reunião com a prefeitura de Florianópolis como apoiador das causas da moradia em Florianópolis. Essa reunião com a prefeitura foi organizada pela Frente Autônoma de Luta pela Moradia para discutir com a prefeitura possibilidades de regulamentação fundiária de alguns terrenos ocupados há mais de cinco anos em alguns morros de Florianópolis.

Geralmente, não era difícil chegar a decisão, talvez porque lá estivessem reunidas pessoas que já se conheciam há tempo, compartilhando princípios comuns. Além disso, tratava-se de um coletivo pequeno com oito ativistas na época dessa pesquisa. Apesar disso,

brigas e discussões em função de divergências de opiniões não eram raros. Essa situação, no entanto, não era vista como um problema, já que os conflitos eram vistos como parte da construção do consenso.

Durante as reuniões, observamos que todos tinham muita tranquilidade na exposição de suas ideias e opiniões e na condução das atividades. Não conseguimos observar polarizações muito acentuadas de liderança, porém havia alguns ativistas mais envolvidos do que outros nas atividades do coletivo. Mencionamos isso no sentido de que, enquanto alguns ativistas, às vezes, faltavam às reuniões, deixando de cumprir algumas atividades, havia aqueles que nunca faltavam e tampouco deixavam pendentes as atividades sob suas responsabilidades.

Outra questão discutida, enquanto participamos do CMI, era a segurança, tanto na rede virtual como nas ações-diretas. Sobre a segurança na rede, falou-se da importância de serem usados codinomes para o *e-mail*, assim como usar somente o *Riseup* para se comunicar com os demais membros. Além disso, quando participávamos de reuniões fechadas, envolvendo outros coletivos autonomistas, tínhamos de desligar e retirar a bateria dos celulares, pois é comum, segundo os colegas ativistas, o grampo na linha telefônica de militantes conhecidos.

Havia orientações sobre como participar de ações-diretas e marchas pela cidade. A orientação era a de que ficássemos todos juntos, numa formação que lembrasse um círculo para nos proteger e evitar que outras pessoas adentrassem à roda, levar telefones de advogados populares, ter os artigos do código penal em mãos, etc. Observamos que alguns levavam *spray* de pimenta e cassetetes para se protegerem. Quando os indaguei sobre isso, disseram que não era para a polícia, mas para militantes da direita política, chamado por eles de *direitosos* aqui-inimigos, velhos conhecidos de oposição e luta que, às vezes, com ânimos mais exasperados podiam partir ao ataque.

Quanto aos aspectos ligados a manutenção financeira do CMI Florianópolis, o coletivo segue a política da rede, sendo central aqui o princípio da independência, segundo o qual o CMI somente aceita contribuições financeiras de pessoas físicas ou de organizações idôneas que se identifiquem com os princípios do CMI. Assim, o trabalho no CMI é voluntário não tendo, portanto, nenhum tipo de remuneração.

O *site* do CMI é o meio pelo qual as notícias de interesse das comunidades locais, movimentos sociais, protestos são divulgados em âmbito nacional e mundial. Também vi que o CMI produziu alguns projetos midiáticos alternativos como os jornais impressos (CMI na Rua e o Independente) e os planos futuros, relatados nas reuniões, eram os de lançar algumas revistas temáticas, mas essas ideias sempre esbarravam na falta de dinheiro e tempo dos voluntários.

A construção da identidade autonomista do CMI Florianópolis: independência moral, política e financeira

A luta política, segundo os voluntários do CMI, exige autonomia e independência para que possa frutificar. Contudo, a autonomia para o CMI não significa ausência de luta ideológica ou mesmo ausência de organização. Nesse sentido, autonomia nos termos do CMI significa participação ativa e igualitária de todos nas decisões sobre os projetos/problemas do coletivo.

A autonomia, para o CMI, diz respeito, portanto, à prática política que nega a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, que nega as hierarquias e as centralizações de poder. Já, o princípio da independência se refere à independência moral,

financeira e política de organizações como o Estado, as corporações, os partidos políticos, os sindicatos, a Igreja, etc.

Segundo os voluntários do CMI Florianópolis, a ideia de autonomia advém das experiências e teorizações sobre as lutas operárias do século XIX e XX. Os voluntários do coletivo nos explicaram que o conceito foi desenvolvido por intelectuais como Antonio Negri e Cornelius Castoriadis, sendo este último a maior influência no uso dessa palavra para designar o CMI como um coletivo autonomista.

Na perspectiva da Teoria do Discurso, podemos dizer que o significante autônomo/autonomista é um ponto nodal que articula no campo da militância autonomista a demanda por horizontalidade, não liderança e consenso nas relações sociais. Esse ponto nodal é importante à medida em que constrói a identidade dos sujeitos a ele identificados em oposição ao exterior constitutivo (antagonismo), que nega sua plena constituição como no caso do regime capitalista e das organizações que se pautam por autoritarismo e hierarquias.

Para os membros do CMI, em qualquer luta importa mais a forma de organização dos participantes do que o conteúdo ideológico inicial. A luta é o principal fundamento e motor da autonomia, por isso é importante para o CMI a coincidência entre meios e fins, pois não faz sentido dentro da perspectiva do autonomismo buscar por uma sociedade mais solidária e horizontal, através de uma luta construída de forma autoritária e hierárquica.

Uma fala emblemática dessa posição do CMI é expressa por Rox:

“A derrubada do sistema não acontecerá espontaneamente como se o fato de o povo se rebelar fosse o suficiente para acabar com o capitalismo. Claro, a luta política acaba produzindo uma série de levantes e protestos espontâneos como as jornadas de junho [de 2013]. Porém, e é aí que eu quero chegar e enfatizar que se não houver um intenso e duro trabalho prévio de organização estes episódios não conseguirão derrubar o capitalismo, muito menos dar corpo à nova sociedade. Por isso, que pensamos que uma sociedade libertária só pode ser construída por meio de uma luta libertária”.

Para os voluntários do CMI, essa é uma premissa do autonomismo enquanto prática e teoria. Segundo Atenas, a autonomia só se aprende por meio da luta política cotidiana ou não se aprende, ou seja, o autonomismo é aprendido na prática e não na teoria. Conforme Atenas, para o CMI o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas. Nas palavras de Atenas:

“Estou falando de uma luta dentro da luta porque só a prática do autonomismo internamente a luta, ou seja, na organização mesmo é que pode possibilitar a ampliação das experiências de libertação para a sociedade”.

Outro significante importante que ajuda a construir a identidade do CMI é a noção de independência. De acordo com os ativistas do coletivo, esse elemento é crucial para a luta anticapitalista e para a luta pela democratização da comunicação. Na visão de Bozo, a importância da independência precisa ser constantemente reforçada por meio dos atos políticos diários, mesmo que essa palavra ajude a compor o próprio nome do coletivo: Centro de Mídia Independente.

A manutenção da independência do CMI frente às organizações como os partidos políticos, sindicatos, Estado, corporações se dá em relação às dimensões moral, política e econômica. A independência para o CMI, nos termos acima citados, é fundamental para que o

movimento não perca seu foco de luta antissistêmica, uma vez que é muito comum, segundo Atena, a cooptação de coletivos autonomistas e de movimentos sociais pelo Estado, seja por meio de editais ou pela participação em algum órgão do Estado.

Com relação à independência financeira, questão que não está descolada da independência política, o CMI tem uma conduta bastante radical referente às fontes de financiamento de suas atividades. A rede Indymedia, relata Goya, mantém suas atividades por meio de recursos de doações em dinheiro e equipamentos, vindos de pessoas físicas e jurídicas que se identifiquem com o projeto ou da venda de bens materiais, produzidos pelos seus coletivos locais, como camisetas, imagens e vídeos.

Conforme Goya, a política de doações busca garantir autonomia política e a unidade da rede, face aos apoios e colaborações financeiras recebidas de fundações privadas. Apesar de os coletivos locais terem autonomia para gerar sua sustentabilidade, quando esses meios de sustentar as atividades entram em choque com os princípios da rede, envolvendo a rede global, essa questão é discutida e avaliada pela rede.

O CMI Florianópolis, de acordo com seus voluntários, recebeu em duas ocasiões recursos da rede Indymedia para a compra de máquinas fotográficas e filmadoras. Como o coletivo não possui sede própria, não há gastos fixos, e os recursos para a manutenção das atividades diárias do CMI Florianópolis advêm da contribuição voluntária dos seus ativistas.

Em nossa estadia com os voluntários do CMI Florianópolis, fomos informadas de que o coletivo não possuía dinheiro e que os voluntários contribuía, mensalmente, com a quantia que podiam, a fim de ajudar a manter os servidores que sustentam o site no ar. O Marieta, nome do servidor que guarda os arquivos dos sites de todos os CMIs da América Latina, tem um custo anual em torno de R\$ 400,00. Para conseguir parte desse dinheiro, haja vista ter mais CMIs locais no Brasil, o CMI Florianópolis realiza festas e vendas de camisetas quando necessário. Em muitas ocasiões os voluntários tiram o dinheiro do próprio bolso.

Outras despesas do CMI Florianópolis dizem respeito aos equipamentos de trabalho como computadores, câmeras e filmadoras e conexão banda larga com a internet. Todos esses recursos são garantidos pelos próprios voluntários que utilizam seus celulares e a internet que possuem em casa para executar as atividades cotidianas do CMI.

Sobre o financiamento do coletivo, a maneira como os voluntários lidam com essa questão nos chamou a atenção. Durante os meses em que participamos do CMI Florianópolis, em várias ocasiões abordamos a questão do financiamento e as respostas que recebemos sempre se manifestaram em direção de dar pouca importância a esse quesito. A resposta de Rox é emblemática nesse sentido; para ele, “o CMI não tem dinheiro, mas isso também significa independência e isso liberta a luta, pois onde tem dinheiro tem interesse”.

Ainda segundo o entendimento de Rox, no caso do CMI, o ativo mais importante no tipo de militância que o coletivo pratica é o tempo. Na sua visão, as atividades políticas do CMI não requerem muito dinheiro, mas em contrapartida requerem tempo. E isso era algo que os voluntários do CMI tinham em razão do seu perfil. O CMI Florianópolis, no momento em que ingressamos nele, era composto por oito voluntários em idades entre 23 e 40 anos, dos quais cinco moravam com os pais e dependiam da ajuda da família, o que oferecia as condições de tempo à militância; os outros trabalhavam como professor na rede pública, tendo por isso limitação de tempo à militância.

Em uma de nossas conversas, Bozo, que se identificava como um anarquista radical mencionou Lênin para falar da mudança na maneira de construir a luta da época da Revolução Russa para os dias atuais:

“O Lênin tinha uma frase que ele falava, a Revolução precisa de três coisas: dinheiro, dinheiro e dinheiro. Eu entendo, mas a Revolução

mudou, ela não se faz mais dessa forma através de um enfrentamento amplo como foi a Revolução Russa, Espanhola, Ucraniana, Coreana, que se faz pela insurreição, pela guerrilha, que você não tem como competir com o aparato do Estado hoje como poderia se competir há muito tempo atrás, da forma como se competia antigamente. Por exemplo, antigamente você colocava 20 mil cabeças na rua com pau e pedra pra enfrentar 3 mil policiais. Iria morrer uma carrada mas você conseguiria passar e o aparato ideológico dentro das próprias forças armadas não era tão forte assim, mas hoje a realidade é diferente e a polícia está mais agressiva e unida. Daí, por exemplo, vamos pegar o Brasil que é a décima maior forças armadas do mundo, um aparato policial gigantesco, muito dinheiro, sétima economia do mundo, não tem como trabalhar numa frente ampla de combate, então o que nos resta é fazer guerrilha e ação-direta e para isso não precisamos de muito dinheiro”.

Outra fala esclarecedora da relação do CMI com a questão do financiamento veio da ativista Atenas, para a qual a maioria dos projetos em que o CMI atua não precisa de uma grande quantia de dinheiro:

“É uma sensação que eu sempre tive com o pessoal, tanto no MPL tanto no CMI, não tem que correr atrás de dinheiro quando não precisa. Claro que é bom ter um caixa pra quando dá alguma merda, mas (pausa). Aqui em Floripa pra bancar essas coisas menores, por exemplo, na época que tinha o Independente, a gente pedia para os sindicatos comprarem uma cota do jornal e com a grana que os sindicatos davam a gente fazia muito mais jornais. Vendendo camiseta, a gente fez uma leva de camisetas, na época era muito mais difícil ter uma câmera digital, por exemplo, então a gente fazia isso pra juntar uma grana. A forma como atuamos no CMI não exige muito dinheiro, o que exige mais dinheiro é questão de hospedagem de site, tem que ter uma grana, daí a gente passa o chapéu mesmo. Porém existe uma ética no processo de doação, não é qualquer uma que a gente aceita, por exemplo, teve uma discussão que foi muito interessante quando a Fundação Ford quis doar uma grana e foi uma treta, principalmente do CMI da América Latina, eles falaram: não, nem a pau, eles vieram aqui, torturaram as pessoas, financiaram a ditadura, caguetaram todos os funcionários e a gente vai pegar dinheiro de Fundação Ford? Nem a pau”.

O ato político de dizer não ao financiamento da Fundação Ford auxiliou na construção de um imaginário social, entre os voluntários do CMI que parece fortalecer sua identidade em relação ao caráter de independência financeira e moral perante certas instituições da sociedade. Dito isso, Laclau (1990) observa que o caráter mítico e contingente das configurações espaciais nos constitui como sujeitos.

Essa parece ser a condição discursiva criada junto à rede Indymedia pelo caso da Fundação Ford. Conforme dados da lista de discussão sobre esse caso, no ano de 2002, a rede Indymedia planejava realizar um encontro global entre seus voluntários, porém não possuía os recursos financeiros para promover tal encontro.

Diante desse impasse, um coletivo do CMI nos Estados Unidos enviou à lista da rede Indymedia uma proposta de doação de U\$ 50 mil, oferecida pela Fundação Ford para cobrir as despesas do encontro internacional do CMI. A discussão foi longa e como as decisões no

CMI são tomadas por consenso, foi preciso mais de seis meses para a decisão final sobre essa questão. Havia aqueles que eram favoráveis a receber o dinheiro, argumentando que a pureza da fonte não era tão importante, mas sim o que se faria com o dinheiro que, nesse caso, era para o fortalecimento das lutas políticas contra o capitalismo.

Porém, a discussão chega a um ponto crítico quando o coletivo argentino escreve uma mensagem, explicando ponto a ponto o papel nefasto da Fundação Ford, tanto de seu envolvimento com a CIA e as ditaduras latinas, mas também seu *modus operandis* que busca enfraquecer as organizações não alinhadas, diretamente, à política imperialista dos EUA. Segundo os argentinos, uma das estratégias utilizadas pela fundação para manter o controle é isolar os setores sociais mais radicais, por meio de ajudas econômicas aos setores mais moderados e menos polêmicos, em troca, exigindo sutilmente os pressupostos e valores estabelecidos pela política neoliberal.

Ainda, em relação ao caso Ford, é importante que se diga que o acontecimento representou um momento político importante na luta do CMI contra o capitalismo, bem como no reforço de sua identidade de coletivo autonomista de seus valores políticos e princípios organizacionais, no que concerne à horizontalidade e ao consenso. Se no início das discussões houve polarização entre o aceite e o não aceite dos recursos, o que se observou foi que, após longas discussões, a maioria optou por não aceitar a subvenção; como no CMI, teoricamente não há votação, o recurso da Ford não foi recebido, porque não houve consenso.

Conhecer a relação do CMI com as formas de financiamentos de sua atividade é um aspecto fundamental à compreensão dos valores defendidos por esse coletivo de mídia alternativa. Ao longo de sua existência, os valores defendidos pelo coletivo se tornaram fundamentais na construção de sua identidade, na medida em que há uma relação de afeto, um investimento libidinal dos voluntários em relação aos princípios em que acreditam e vivenciam.

A pesquisa de campo nos possibilitou observar nas falas dos voluntários do CMI sua relação com a noção de autonomia, de consenso e de horizontalidade, como um significante que constrói, parcialmente, a identidade desse coletivo. A importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (autonomia) é para reforçar o argumento substancial nessa pesquisa, qual seja, a ideia de que os discursos constituem sujeitos e por eles são constituídos, reflexão que vale por analogia a ideia de organização que, como prática discursiva que é, não foge a essa regra.

Reflexões finais: a relação entre o sujeito falta-a-ser e a inexorabilidade dos afetos/libido na construção da organização

Nesse trabalho buscamos realizar uma reflexão e análise do sujeito lacaniano e a inexorabilidade dos afetos/libido na produção da organização de resistência do Centro de Mídia Independente de Florianópolis (CMI).

Nesse trabalho o sujeito lacaniano foi mobilizado por romper com os pressupostos epistemológicos do sujeito racional e pleno das teorias tradicionais. O sujeito da tradição filosófica ocidental, bem como das ciências sociais e humanas, é uma construção discursiva, portanto política, cujos contornos conceituais definidos *a priori*, servindo a interesses diversos na luta para impor uma visão de mundo nos diversos campos do saber, inclusive, no da administração.

A esse sujeito essencialista se opõe a psicanálise lacaniana numa posição que é também claramente política. Desse modo, os apontamentos da epistemologia lacaniana desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano, pondo em seu lugar um sujeito que se constitui na e pela linguagem, sendo fruto, assim, de forças socioculturais e libidinais.

Cabe destacar que, na perspectiva lacaniana, a ênfase recai sobre a falta/incompletude do sujeito. Essa falta habilita no sujeito, o desejo que em virtude da perda da completude mítica procurará objetos/discursos com os quais possa se identificar, a fim de preencher a falta e constituir sua identidade. Assim, falar do sujeito à maneira de Lacan é romper com toda pretensão iluminista de que a razão é que fundamenta o sujeito e o conhecimento sobre os objetos. Em lugar disso, o sujeito lacaniano permite pensar sobre a impossibilidade de uma identidade plena ao sujeito, mas também, por analogia, às identidades coletivas e aos objetos do discurso. O que nos leva à conclusão de que a divisão e a falta no sujeito também se fazem presente no objeto, ou seja, na objetividade que ele tenta construir.

Se o sujeito é faltoso e sua plena identidade é inalcançável, estamos então na presença dos processos de identificação que, grosso modo, correspondem às maneiras pelas quais os sujeitos são interpelados pelos discursos e ideologias, que sedimentam parcialmente sua subjetividade na tentativa sempre vã de lhes constituir uma identidade plena.

A epistemologia lacaniana rompe com a dicotomia sujeito/estrutura, na medida em que entende o sujeito como constituído em relação ao Outro (ordem simbólica), numa alteridade radical que permite a sobreposição de duas faltas. Nesse sentido, a falta que se faz presente no sujeito é a mesma que está presente no Outro, uma falta que tem a ver com a impossibilidade de fechar todos os sentidos do social.

A sobreposição das duas faltas é que permite a relação estruturada e estruturante entre o sujeito e organização. O sujeito na busca por suturar essa falta e constituir sua identidade escolhe entre os objetos da cultura e ideologias aqueles com os quais se identifica e nesse processo acaba construindo também suas práticas cotidianas e, portanto, sua organização. Assim, esse estudo nos permitiu compreender a relação entre sujeito e organização, conduzindo a uma ideia de que a maneira pela qual os sujeitos organizam suas práticas de luta política não está deslocada do discurso/ideologia, aos quais se identificam e constituem suas identidades/subjetividades, no caso do CMI esse discurso refere-se a ideologia autonomista de inspiração anarquista.

Com o auxílio da Teoria do Discurso foram reconstruídas as condições estruturais e contingentes que permitiram o surgimento do CMI Florianópolis. As condições de possibilidade que fizeram emergir o CMI, como um coletivo de mídia alternativa, estão relacionadas a acontecimentos históricos gerados ao longo do século XX.

A centelha que estimulou o acirramento dos discursos de resistência ao capitalismo surgiu com o levante neozapatista contra as políticas neoliberais do Governo Mexicano. A resistência dos insurgentes neozapatistas provocaram o deslocamento de estruturas discursivas sedimentadas, o que abriu espaço à luta pela ressignificação da ordem deslocada. O neozapatismo, pautado por valores como autonomia, liberdade e igualdade inspiraram o surgimento de uma variedade de novas identidades políticas que, em comum, compartilhavam o desejo de solapar o neoliberalismo e suas instituições, os organismos multilaterais.

O CMI, ao se identificar com essa tradição de lutas antissistêmicas, abraça também seus princípios políticos e organizacionais, tais como a horizontalidade, a não liderança, o consenso, a autonomia, a independência e a ação-direta, advindo daí o seu antipartidarismo. Não obstante, o CMI também se insere no rol dos movimentos que fazem intenso uso das tecnologias de comunicação e, de certa forma, estruturam-se com a fluidez que a internet permite.

A internet, o e-mail e as mensagens e comunicações por celular são fundamentais para sua organização, contribuindo, inclusive, à almejada desconcentração de poder, por intermédio da agilidade na distribuição de informações e tarefas pelo coletivo. Entretanto, vale ressaltar a opção do movimento por meios virtuais anticapitalistas de software livre como o Linux e o Riseup, o que demonstra sua postura crítica em relação ao domínio de corporações como Google ou Facebook, que utilizam as informações para fins comerciais ou de monitoramento.

No caso do CMI, a construção do discurso sobre organização está, inelutavelmente, conectado à ideologia política, com a qual seus voluntários se identificam, o autonomismo. Nesse contexto, esse nome/significante funciona como um ponto nodal na constituição da identidade do CMI e é investido libidinalmente pelos sujeitos que se identificam com esse discurso. O discurso do autonomismo comporta outros significantes tais como horizontalidade, não liderança, consenso, independência e ação-direta, que são também os princípios políticos e organizacionais praticados cotidianamente pelo CMI.

A construção da identidade do CMI, como coletivo autonomista, precisa de uma segunda operação simultânea a primeira para se constituir. É a instituição de uma fronteira política, um exterior constitutivo que pode representar um corte antagônico ou não. No caso do CMI, o exterior constitutivo que funda sua identidade se dá mediante o corte antagônico que estabelece em sua relação com a heteronomia própria do capitalismo, do Estado, das corporações e das organizações da esquerda autoritárias. A heteronomia é um discurso não reconhecido pelo CMI e, portanto, ao qual não se identifica. A heteronomia se articula também a outros significantes que a constituem enquanto discurso, tais como a hierarquia, a centralização, a liderança e a subordinação contra os quais o CMI luta.

A centralidade que o discurso sobre a organização autonomista ocupa na catexia dos voluntários do CMI foi evidenciada diversas vezes durante a pesquisa. Assim, a pesquisa de campo junto ao CMI nos possibilitou observar, nas falas de seus voluntários, a importância de se destacar o caráter constitutivo desse significante (autonomia) na construção da identidade do coletivo. Isso ficou evidente no momento em que os voluntários do CMI nos explicaram que o elemento principal a ser observado, a fim de avaliar se uma organização pertence ou não ao campo autonomista, é sua forma de organização, ou seja, a maneira pela qual organiza suas atividades cotidianas, que servem de suporte a suas lutas políticas.

É em virtude dessa centralidade, da organização autonomista, que o CMI defende a organização da luta política como um meio e um fim. Para o CMI, a autonomia (organização) é equivalente a horizontalidade, a não liderança, ao consenso, a independência, e a ação direta. O autonomismo, na perspectiva dos voluntários do CMI, é aprendido na prática e não na teoria: “o exercício da autonomia como reforço e meio para a autonomia”. Essa é a maneira pela qual sonham e desejam que a sociedade seja organizada. Para o CMI, o importante é desencadear um processo que possa conduzir a sociedade em direção à autonomia, no sentido de que haja cada vez mais a participação dos oprimidos/excluídos nas decisões políticas.

Referências

CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.

- DELLAGNELO, E., E., L.,BOHM, S. Empirical studies and political discourse theory: a critical analysis of resistance from an organizational perspective. In: VI Encontro de Estudos Organizacionais, 2010, Florianópolis: ENEO, 2010.
- DELLAGNELO, E., E., L.; BOHM, S. ; MENDONCA, P. . Organizing Resistance Movements: the contribution of Political Discourse Theory. Revista de Administração de Empresa (RAE: Impresso), v. 54, p. 141-153, 2013.
- FOUCAULT, M. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HESSEN, J. Teoria do conhecimento. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003.
- LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1998.
- _____. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise 2ªEd. Texto estabelecido por Jacques Alain Miller; Tradução M.D. Magno. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.
- LACLAU, E.; MOUFFE, C. Hegemonia Y Estrategia Socialista: hacia una radicalizacion de la democracia. Buenos Aires: FCE, 1987.
- _____. Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. Buenos Aires: Nueva Visión, 1990.
- _____. La razón populista. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2005.
- MISOCZKY, M.; FLORES, R.; BÖHM, S. A práxis da resistência e a hegemonia da organização. O&S, v. 15, n. 45, Abr-Jun 2008.
- PAULA, A. P. P. Estilhaços do Real: O Ensino da Administração em uma Perspectiva Benjaminiana. Curitiba: Juruá, 2012.
- _____. Teoria Crítica nas Organizações. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PARKER, M. Against Management: Organization in the Age of Managerialism. Cambridge: Polity, 2002.
- PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- QUINET, A. Os outros em Lacan. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2012.
- RICOEUR, P. Da Interpretação: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- STAVRAKAKIS, Y. Lacan y lo político. Buenos Aires: Prometeo – UNLP, 2007.
- _____. La izquierda lacaniana. Psicoanálisis, teoría, política, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.
- ZIZEK, E. El sublime objeto de la ideología. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2011.
- _____. The Ticklish Subject, London: Verso, 1999.